Estrada do Colono: caso vai ao Supremo

Associação promete entrar hoje com recurso contra decisão que fechou o caminho

EVANDRO FADEL

URITIBA - A Associação de Integração PróReabertura da Estrada do Colono (Aipopec) deve
entrar hoje, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, com um recurso contra
a decisão da juíza Marga Ing
Tessler, que determinou o fechamento do acesso, que corta o Parque Nacional do Iguacu e liga o oeste ao sudoeste

do Paraná. A estrada foi totalmente destruída pela Polícia Federal e pelo Exército, que conseguiram furar o bloqueio dos moradores na quarta-feira.

O presidente da Aipopec e

prefeito de Medianeira, Luiz Suzuke (PT), disse que a entidade quer fazer valer um acórdão de 14 de novembro do ano passado, emitido pelo próprio STF. Segundo Suzuke, o acórdão teria considerado sem validade a decisão do TRF de janeiro de 2000. "O Supremo considerou que não tivemos direito processual de ser ouvidos", disse o prefeito.

Na quarta-feira, uma comissão formada por prefeitos e deputados estaduais favoráveis à abertura da estrada pretende ir a Porto Alegre, falar com a juíza. "Nós trabalhamos com as possibilidades políticas e jurídicas, mas mantemos vigília na estrada", disse Suzuke. "Uma hora a Polícia Federal e o Exército terão de sair e nós voltamos a ocupar, porque vivemos aqui, produzimos aqui."

Ontem à tarde, o governo

Comissão

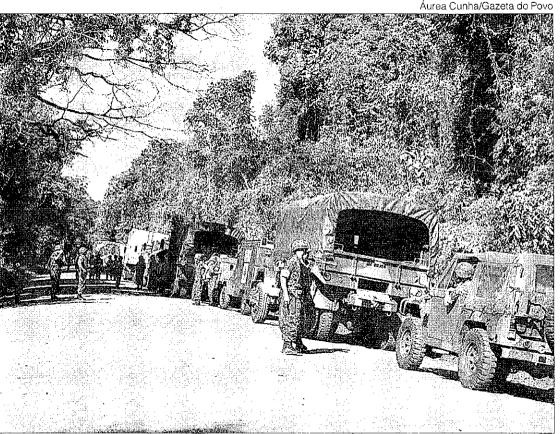
VALAO SUL

FALAR COM A

JUÍZA

do Paraná negou informação
do Instituto Brasileiro do Meio
Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) de
que manifestou
apoio ao fechamento da estrada com envio de
policiais milita-

res e do Corpo de Bombeiros.
"O governo entende que a ação é de exclusiva responsabilidade da Polícia Federal e do Exército", informou ontem a Assessoria de Imprensa do governo.



Para fechar a Estrada do Colono, a polícia comandou operação com o Exército e o Ibama

Pedido – Ainda segundo a assessoria, não houve pedido formal para que o Estado desse apoio ao fechamento da estrada. O único documento que chegou à Defesa Civil foi assinado pelo gerente executi-

vo do Ibama no Paraná, Luiz Antonio Nunes de Melo, falando sobre "comentários" de que poderia haver incêndio do parque. No documento, Melo pede esclarecimentos sobre a capacidade de ação do Corpo de Bombeiros no caso dos rumores se concretizarem. O governo não respondeu, justificando que combate qualquer incêndio no Estado, independente de pedido. 0ESP (Gwal)